



Sintaxe das Línguas Brasileiras: apresentação

Marina R. A. Augusto (UERJ)
Mercedes Marcilese (UFJF)

A *sintaxe* pode ser definida de forma simples como um dos níveis de descrição linguística: aquele dedicado ao estudo da organização e das relações estabelecidas entre os elementos que compõem os sintagmas e sentenças. Apesar de – tal e como ocorre de modo geral no contexto dos estudos linguísticos – não existir uma abordagem teórica única que dê conta dos fenômenos sintáticos, independentemente da perspectiva adotada, pode-se afirmar que existe consenso no que diz respeito à relevância do estudo da sintaxe para se alcançar uma melhor compreensão da natureza e funcionamento das línguas naturais.

Embora o português seja a língua majoritariamente falada ao longo do território brasileiro, o patrimônio linguístico nacional configura-se como um rico mosaico que inclui um grande número de línguas e variedades dialetais. De acordo com dados do censo de 2010, existem hoje no Brasil 274 línguas indígenas. Além dessas línguas pertencentes à modalidade oral, temos ainda a Língua Brasileira de Sinais, uma língua natural viso-espacial utilizada pela maioria das comunidades surdas brasileiras e legalmente reconhecida¹. Completam o quadro da diversidade linguística comunidades falantes do alemão – principalmente o dialeto Hunsrückisch – e italiano – em particular o Talian, ou vêneto brasileiro – no sul do país. Essa riqueza linguística se constitui como uma fonte inesgotável de interesse de pesquisa, seja pela falta de documentação e descrição no que tange à grande maioria dessas línguas, seja pelo processo regular de deriva responsável por aumentar as diferenças entre o português brasileiro, o português europeu e as restantes variedades aparentadas (africanas e asiáticas).

O atual volume reúne uma seleção de dezenove artigos que apresentam pesquisas sobre diversos aspectos sintáticos do português brasileiro (daqui em diante, PB), a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e duas línguas indígenas brasileiras (Paresi-Haliti e Tenetehára), sob perspectivas teóricas e metodológicas diferentes. A organização dos textos segue um critério baseado nas diversas línguas e/ou variedades linguísticas investigadas e nos tópicos de pesquisa, independentemente da abordagem teórica específica adotada pelos autores em cada caso. Os

¹ Cf. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 — Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 — Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

trabalhos que compõem esta edição temática da *Veredas* incluem análises tanto de cunho funcionalista quanto formalista, assim como trabalhos desenvolvidos no âmbito da psicolinguística experimental.

Abre o volume o trabalho de Mary Aizawa Kato & Maria Eugênia Lamoglia Duarte intitulado *Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro*, no qual é investigado um tópico com uma longa história na literatura especializada, mas cujo interesse intrínseco não está nem sequer perto de ser esgotado: a realização do sujeito pronominal no PB. Especificamente, o artigo em questão discute o estatuto do PB em relação ao Parâmetro do Sujeito Nulo. Consideram-se, por um lado, o uso restrito de sujeitos nulos, ainda presentes no estágio atual da língua e, por outro, a presença de construções inovadoras como as sentenças do tipo tópico-sujeito (*Essas florestas chovem muito*), que sugerem a preferência por se evitarem expletivos nulos. Os dados apresentados reforçam a proposta de caracterização do PB como uma língua de sujeito nulo parcial, para a qual as autoras propõem a atuação de uma contraparte do princípio “Evite pronome” (CHOMSKY, 1981), “Evite pronomes não-referenciais”. As autoras assumem, ainda, restrições de natureza morfossintática para a baixa frequência de sentenças do tipo V1 na língua. A possível variação entre sujeitos referenciais nulos e expressos, nessa variedade do português, se deveria à natureza clítica dos pronomes fracos sujeitos do PB, os quais se adjungem a T, podendo co-ocorrer com outros adjuntos, cuja presença favoreceria o seu apagamento em FF.

Na sequência, e também relacionado com a questão da realização dos sujeitos pronominais, o artigo de Danniell da Silva Carvalho & Dorothy Bezerra Silva de Brito, *Pronomes nulos e referência no português afro-brasileiro*, apresenta dados de concordância entre sujeito de 1ª pessoa, manifesto ou nulo, e verbo, em duas comunidades rurais afro-brasileiras – Helvécia-Bahia e Muquém-Alagoas. De acordo com a análise conduzida, os autores defendem que *pro* pode ser identificado como 1ª pessoa, mesmo quando a morfologia de flexão não esteja presente no verbo. Para tanto, assumem a noção de subespecificação de traços, com base em Béjar (2003), a partir da qual os autores propõem uma atuação de *Agree* em que se assume que os traços não-interpretáveis do verbo podem constituir um sub-conjunto dos traços apresentados pelo pronome-sujeito.

O terceiro artigo do volume aborda outro tópico que tem concentrado um grande número de pesquisas: as orações relativas. Especificamente, Ani Carla Marchesan & Carlos Miotto, no artigo *As relativas livres infinitivas no PB*, revisitam as chamadas relativas livres infinitivas do PB para, a partir de testes para o diagnóstico do tipo de sentença QU encaixada e a observação dos requerimentos de compatibilidade plena/parcial para as relativas livres, proporem que algumas sentenças consideradas relativas livres infinitivas não devem ser assim classificadas. A conclusão a que chegam os autores é de que as relativas livres, no PB, apresentam requerimentos de compatibilidade parcial, sendo necessário que se respeitem as exigências impostas pela sentença matriz.

O artigo *Assimetria sujeito-objeto focalizados nas sentenças clivadas e pseudoclivadas*, de autoria de Sandra Quarezemin, se detém sobre as sentenças clivadas e pseudoclivadas do PB, argumentando contra propostas de análises unificadas para esses tipos de estrutura. A observação das possibilidades de ocorrência de clivadas ou pseudoclivadas de sujeito ou objeto focalizados indica que há uma assimetria entre esses elementos quando se consideram contextos pergunta-

resposta em sentenças clivadas. A análise segue os moldes da abordagem cartográfica, desenvolvida por Rizzi (1997) e Belletti (2004), sugerindo que as sentenças clivadas apresentariam duas estruturas: se o constituinte clivado for sujeito, a periferia da cópula será ativada; se o constituinte clivado for o objeto, a periferia esquerda da subordinada será ativada; já as sentenças pseudoclivadas apresentariam uma única estrutura, independentemente de o constituinte clivado ser o sujeito ou o objeto.

No seu artigo *Configurações gramaticais das construções adverbiais na conversação*, Ana Lima visa a caracterizar as configurações gramaticais e funções das construções adverbiais presentes na conversação a partir de dados do PB falado. Para isso, são adotadas as ideias de constituição dos enunciados em camadas (DIK, 1989; 1997; DIK et al., 1990; HENGEVELD, 1989), a distinção entre “relações de encaixamento” e “relações táticas de hipotaxe e parataxe” (HALLIDAY, 1985) e a proposta de Mathiessen e Thompson (1988), segundo a qual a gramática da combinação de orações adverbiais espelha a organização do discurso, não qual podem ser identificados dois tipos de relações: de “listagem” e de “núcleo-satélite”. Construções adverbiais são definidas como satélites, sendo, portanto, termos opcionais na sentença. À luz desses pressupostos teóricos, o texto visa a avaliar os seguintes pontos: (i) Sendo opcionais, que fatores favoreceriam o aparecimento dessas construções?; (ii) De que forma os satélites adverbiais são configurados no discurso?; e (iii) Em que medida essas configurações contribuem para a dinâmica da interação, visando à construção dos sentidos? É defendido que, apesar de opcionais, a alta frequência desse tipo de construções nos dados analisados sugere que trata-se de uma estratégia bastante produtiva na obtenção de determinados efeitos de sentido. A autora considera ainda que a interação é o local em que residem as motivações para a ocorrência das construções adverbiais, bem como para a seleção das suas variadas configurações.

As construções adverbiais são ainda interesse de Ana Paula Cavaguti & Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale – no texto *A configuração semântica de orações causais-condicionais no português do Brasil segundo a Gramática Discursivo-Funcional* – no qual se debruçam sobre o PB formal escrito contemporâneo, focalizando particularmente as orações adverbiais causais e condicionais introduzidas pelas locuções conjuntivas *dado que*, *desde que* e *por uma vez que*. Tomando como referência o trabalho de teóricos como Dik (1989) e, principalmente, as ideias de Hengeveld (1998) e Hengeveld & Mackenzie (2008), as autoras assumem que as orações adverbiais devem ser analisadas sob o ponto de vista de sua estrutura semântica interna. São examinados os parâmetros semânticos que caracterizam essas orações, bem como os níveis e as camadas em que elas ocorrem. Com base nesses parâmetros, é estabelecida uma distinção entre orações causais – que designam entidades de segunda ordem, com referência temporal independente, sendo sempre factuais – e orações condicionais – que designam entidades de terceira ordem, com referência temporal dependente e são não-factuais. Ambos os tipos de orações se assemelham no que diz respeito ao parâmetro *pressuposição*, na medida em que ambas veiculam informação não-pressuposta, fato que tende a favorecer a sobreposição de leituras/interpretações. Segundo as autoras, em certos contextos, a *causa* é apresentada para o falante como algo ‘hipotético’ (i.e. a informação contida na oração adverbial não necessariamente representa a única causa responsável pelo efeito causado, mas seria aquela que o falante considera mais adequada, relevante ou provável, em virtude das suas intenções comunicativas). Já as orações condicionais descrevem fatos possíveis que são deixados em aberto e é nesse

sentido que o falante pressupõe que o conteúdo da oração condicional seria não-pressupostamente verdadeiro. A partir dessa distinção, o conteúdo da oração causal seria mais hipotético e o da oração condicional, menos hipotético. Os dados analisados sugerem que, em certos contextos, haveria no PB escrito uma “neutralização” entre o uso causal e o condicional, o que permitiria a sobreposição de leituras dessas locuções conjuntivas.

Uma estrutura bastante peculiar é explorada no artigo de Marcello Marcelino – *Resultativas em português brasileiro*. O autor defende que o PB não dispõe de estruturas resultativas do tipo sintático, caracteristicamente encontradas no inglês (*He wiped the table clean*). Uma série de comparações entre inglês e PB e uma exposição cuidadosa do Parâmetro de Composicionalidade de Snyder (1995) correlacionam a possibilidade de formação de compostos nominais à marcação positiva do parâmetro. Assim, a resultativa (sintática) presente em inglês, mas não em PB, resulta de uma operação morfológica de formação de predicado complexo. Segundo o autor, o PB ofereceria um equivalente à resultativa sintática, de tipo adverbial ou semântico.

As línguas portuguesa e inglesa são também objeto de comparação no trabalho de Ana Paula Scher, Julio Barbosa & Paula Roberta Armelin, intitulado *Variação paramétrica e variação dialetal: uma análise para as construções dativas do inglês e do português brasileiro*, o qual apresenta uma análise – no contexto da Morfologia Distribuída (MD) – para as sentenças bitransitivas do inglês e do PB, considerando, ainda, a variedade falada na Zona da Mata Mineira (PBM). Os autores defendem que as construções de objeto duplo não são uma possibilidade paramétrica no PB, embora o PBM apresente uma construção com inversão entre OD e OI sem preposição, a qual seria o resultado da distinção entre os itens de vocabulário (IV) disponíveis nas duas variedades do PB, em termos da marcação de Caso. A preposição *a*, característica do PBM, seria marcada como dativo, mas sem especificação para Caso. Assim, no PBM, a ordem VNPNP seria resultado da atribuição de Caso *default* em contextos de saliência discursiva, tópico ou foco de vP, nos quais a inserção do IV *a* é impossível. Por outro lado, o PB não permitiria a inserção de um IV em P sem um traço de Caso presente. As diferenças de ordenamento seriam, assim, resultantes de uma correlação entre a dinâmica de marcação de Caso e aspectos informacionais, os quais estariam ligados à bitransitividade no PB(M).

Também no contexto da MD, o trabalho de Rafael Dias Minussi & Vitor Augusto Nóbrega – *A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática* – visa a oferecer uma análise para um caso específico de formação de palavras no qual ocorre a sobreposição de segmentos fonológicos, os denominados *blends*. Ao longo do texto, são considerados três tipos de *blends* presentes no PB, quais sejam: fonológicos (roubodízio < roubo + rodízio), morfológicos (cariúcho < carioca + gaúcho) e semânticos (madrastra → /mál/ > √boa → boadrastra). Os autores visam a dar conta desses casos de morfologia não concatenativa ao propor que os *blends* seriam resultado de um *input* enciclopédico e que suas diferenças superficiais decorrem, em boa medida, da presença ou não de segmentos fonológicos idênticos. É assumida, portanto, uma análise de acordo com a qual traços enciclopédicos – isto é, informações relativas ao conhecimento de mundo dos falantes – influenciariam o preenchimento fonológico dos nós terminais gerados pela sintaxe. No âmbito dessa proposta, a sobreposição de segmentos fonológicos é tratada como um epifenômeno e a

interface semântica-pragmática é apontada como responsável pelos efeitos estilísticos que caracterizam os *blends*.

A questão do lugar da morfologia, altamente debatida pela MD, arcabouço assumido pelos artigos anteriores, é também relevante para o seguinte artigo que adota conceitos da Nano-sintaxe, a qual concebe o Léxico e a Sintaxe como um único nível de processamento, anterior à inserção. No texto *Análise da expressão do deslocamento no português brasileiro (PB) dentro da nano-sintaxe: respostas para a variação*, Valdilena Rammé & Teresa Cristina Wachowicz examinam alguns verbos da classe dos verbos de movimento em sua interação com as preposições *em* e *para* na expressão do deslocamento no PB, a partir das propostas de Ramchand (2008), associada a conceitos da Nano-sintaxe, conforme Fábregas (2007) e Pantcheva (2007, 2011). Nesse arcabouço, o léxico é concebido como uma lista de itens lexicais que carregam diferentes estruturas sintáticas, cuja inserção em uma determinada estrutura sintática de outro item lexical será licenciada ou bloqueada. A decomposição dos traços conceituais primitivos de preposições e verbos é discutida a partir de evidências translinguísticas com o objetivo de se propor uma hierarquia universal, mas cuja realização varie na sua distribuição pelos itens lexicais de uma língua para outra.

Dados diacrônicos da língua portuguesa são contemplados pelos próximos três artigos. Heloísa Salles & Eloísa Pilatti investigam as *Correlações entre a ordem sujeito-verbo e as características das construções causativas no Português Brasileiro (PB)*. As autoras observam as construções causativas no PB, as quais se caracterizam pela presença da ordem SV, do infinitivo flexionado e de Caso Nominativo do sujeito lógico/causado. Não são atestadas no PB, diferentemente do PE, as causativas românicas, com sujeito posposto ou introduzido pela preposição *a*. A hipótese defendida é a de que a perda do padrão V2 e a rigidificação da ordem sujeito-verbo nas subordinadas permitiram o surgimento das causativas com ordem SV e infinitivo flexionado tanto no PB quanto no PE. Adicionalmente, propriedades inovadoras do sistema pronominal da variedade brasileira, a saber, o uso do pronome forte de 3ª pessoa e a perda do pronome dativo de 3ª pessoa impossibilitariam a presença das causativas românicas, ainda presentes no PE.

No artigo *Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição*, Edvaldo Balduino Bispo traz uma análise diacrônica das estratégias de relativização do PB (quais sejam, relativas padrão, cortadora e copiadora), adotando os pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). O autor pesquisa a ocorrência das diferentes estratégias num corpus formado por textos escritos (manuscritos e impressos) que abrange os séculos XVIII-XX. De acordo com a perspectiva teórica assumida, é possível identificar uma estreita relação entre estrutura linguística e o uso da mesma no contexto da interação social concreta. Assim sendo, a configuração morfossintática dos enunciados seria motivada por fatores derivados da situação comunicativa. Outro pressuposto adotado pelo autor diz respeito ao fato de as categorias linguísticas estarem baseadas na experiência que os falantes possuem a partir das construções em que elas ocorrem. Nesse sentido, é assumido que os elementos envolvidos no processo de formação de novas construções gramaticais teriam sua origem no uso da língua em contexto e, ainda, haveria habilidades e estratégias cognitivas específicas envolvidas nesse processo que também são mobilizadas em tarefas não linguísticas. Com base nos dados analisados, Bispo

defende que o emprego das diferentes estratégias decorre da influência de fatores de natureza semântico-cognitiva e discursivo-pragmática.

Ainda dentro do arcabouço funcionalista, o trabalho de Fernanda Cunha Sousa & Nilza Barrozo Dias – *A construção completiva com o volitivo “querer”* – tem como objetivo investigar a realização da construção completiva com o volitivo *querer* numa perspectiva pancrônica. São considerados dados dos séculos XII-XXI recolhidos a partir de dois *corpora* formados por textos documentais e instrutivos, respectivamente. A partir da análise de *corpora* – na qual são considerados tanto o tipo específico de estrutura quanto sua frequência de ocorrência – as autoras propõem uma tipologia baseada nos valores semânticos expressos pelas construções com *querer*. O controle exercido pelo sujeito da completiva e certos traços semânticos (+/- experienciador e +/-animado) associados a esse elemento, bem como aspectos relativos à correferência modo-temporal, são também considerados a fim de se traçar o percurso do processo de gramaticalização das construções com *querer* no PB. A análise apresentada defende uma integração entre semântica e morfossintaxe para dar conta do processo que começaria pela semântica, mas teria impacto no tipo de configuração morfossintática em que o verbo ocorre. Assim, as autoras concluem que, em certos contextos, *querer* teria enfraquecidas suas características de volitivo e assumiria outras funções e sentidos nas construções em que é utilizado.

O objeto de interesse do artigo de Mary Kato e Eugênia Lamoglia Duarte, que abriu essa coletânea – a realização do sujeito pronominal no PB – é retomado, a partir de metodologia da psicolinguística experimental, nos dois artigos que se seguem. No trabalho intitulado *Verbos meteorológicos flexionados no plural e a hipótese da inacusatividade biargumental: explorando a sintaxe do Português Brasileiro*, Igor de Oliveira Costa, Marina R. A. Augusto & Erica dos Santos Rodrigues investigam, por meio do uso de metodologia experimental, o julgamento dos falantes de PB frente a estruturas envolvendo verbos meteorológicos flexionados no plural no interior de orações relativas (*Aqueles lugares que recebem muitas pessoas no inverno nevam muito*). Esse tipo de estrutura é considerado pelos autores como sendo parte de um fenômeno mais amplo, a denominada concordância tópico-sujeito. Os resultados de um experimento de leitura automonitorada, no qual foi contrastada a aceitabilidade de verbos meteorológicos em relativas não padrão com a de verbos inergativos e inacusativos mono e biargumentais (com flexão plural ou singular) sugerem que os meteorológicos se aproximam dos inacusativos e opõem-se aos inergativos no julgamento dos falantes. Os autores estabelecem ainda uma possível articulação entre o fenômeno investigado e os conceitos de gramática do letrado (KATO, 2005) e de gramática inovadora.

Elisângela Nogueira Teixeira, Maria Cristina Micelli Fonseca & Maria Elias Soares, no artigo *Resolução do pronome nulo em Português Brasileiro: Evidência de movimentação ocular*, investigam o sistema pronominal do PB visando a obter evidências que permitam iluminar uma questão ainda não resolvida: Por que motivos certas línguas possuem um sistema pronominal duplo, que inclui uma forma nula e uma plena que, em aparência, exercem uma mesma função? Por meio de um experimento de compreensão/leitura de frases ambíguas envolvendo rastreamento ocular, as autoras buscam mensurar o custo de processamento da correferência anafórica quando pronomes nulos e plenos são contrastados (Ex. O André_i reconheceu o David_j, quando [*ele/pro*]_{i,j} olhava pela janela/ Quando [*ele/pro*]_{i,j} olhava pela janela, o André_i reconheceu o David_j). Os resultados obtidos são compatíveis com a ideia de que o pronome nulo permite

desfazer ambiguidades ao estabelecer a correferência com o antecedente em posição de proeminência sintática.

Nos próximos dois artigos, o PB cede o palco a duas línguas indígenas brasileiras, as quais são analisadas a partir do arcabouço minimalista da teoria gerativa. O artigo de Glauber Romling da Silva – Nomes, *verbos e posposições em Paresi-Haliti: uma generalização exocêntrica (Arawak)* – propõe uma análise para a generalização (exocêntrica) no padrão de concordância de predicados distintos, envolvendo nomes, verbos e posposições, encontrada em Paresi-Haliti (língua indígena amazônica da família Arawak). A partir da noção de *fase* proposta em Chomsky (2000), o autor defende que a concordância manifesta morfologicamente está diretamente relacionada ao fato de o elemento ter ou não sofrido *Spell-out* em uma fase anterior: os predicados que não possuem posição de *Spec* (que constitui a fronteira (*edge*) de uma fase) apresentam concordância (verbos inacusativos e nomes alienáveis), já aqueles que a possuem não apresentam concordância (verbos transitivos e nomes inalienáveis). Posposições, apesar de terem posição de *Spec*, na análise assumida, apresentam concordância, pois não constituiriam uma fase.

Fábio Bonfim Duarte, Quesler Fagundes Camargos & Ricardo Campos Castro investigam as *Estruturas antipassivas em Tenetehára*. O artigo apresenta uma análise para sentenças do Tenetehára com o morfema {*puru-*} como construções antipassivas, ou seja, que se comportam como orações intransitivas. São apresentados dois sistemas de concordância instanciados em Tenetehára e assume-se que as antipassivas, nessa língua da família Tupi-Guarani, configuram uma estrutura com duas camadas verbais, pois o verbo recebe o sufixo desiderativo {-*wer*}. A proposta adotada pelos autores implementa derivacionalmente, para as construções antipassivas, uma análise em que se distingue atribuição de Caso da valoração dos traços- ϕ de *v*, com base em Wurmbrand (2013).

Questões de concordância são também exploradas no artigo seguinte, que toma como objeto de investigação a Língua de Sinais Brasileira. No trabalho *Caso e concordância em Língua de Sinais Brasileira: Investigando verbos de concordância regular e verbos de concordância reversa*, Guilherme Lourenço de Souza & Fábio Bonfim Duarte têm como objetivo propor uma derivação sintática para a concordância verbal em Libras. Para isso, são analisados verbos com concordância regular e com concordância reversa. No primeiro caso, o verbo inicia-se na posição em que é marcado o sujeito e move-se para a posição em que é marcado o objeto (como em JOÃO_a AJUDAR_b MARIA_b), já nos verbos de concordância reversa a trajetória vai do *locus* do objeto para o *locus* do sujeito (JOÃO_a bCONVIDAR_a MARIA_b). A hipótese assumida é a de que existe uma estreita relação entre Caso e concordância em Libras. Nesse sentido, a concordância dependeria do Caso recebido por cada DP durante a derivação sintática e, portanto, diferentes padrões de concordância apontam para diferentes distribuições de Caso na sentença. Adotando propostas recentes formuladas no contexto da Teoria Gerativa, os autores defendem que sentenças com verbos de concordância regular apresentam um padrão nominativo de concordância, em que o sujeito recebe Caso nominativo e o objeto recebe Caso acusativo, enquanto sentenças com verbos de concordância reversa apresentariam um padrão ergativo de concordância, em que o sujeito recebe Caso ergativo inerente e o objeto recebe Caso nominativo.

Encerrando o presente volume, temos o trabalho de Geyse Araújo Ferreira & Rozana Reigota Naves, *Um estudo sobre os verbos manuais da Língua de Sinais Brasileira (LSB)*. Nesse artigo, é investigado o processo de formação de verbos manuais cuja origem pode ser encontrada

em nomes de instrumentos. Esse tipo de verbo é representado por uma configuração de mão (um dos parâmetros fonológicos da Libras) que reproduz uma mão segurando um objeto. O artigo visa a descrever as características desses verbos e determinar se sua formação envolve processos de derivação, de incorporação ou uma combinação de ambas as possibilidades. As autoras tomam como ponto de partida o trabalho de Quadros e Karnopp (2004), no qual são identificadas diferenças quanto ao parâmetro de movimento em processos de derivação de nome e verbo e de incorporação de instrumentos a verbos. De acordo com a análise apresentada, conclui-se que os verbos avaliados seriam formados a partir de derivação e que os casos de incorporação ficam restritos à incorporação do objeto.

Para finalizar essa apresentação, gostaríamos de mencionar que os autores dos artigos que compõem o volume pertencem a vinte universidades brasileiras diferentes, localizadas nas diversas regiões do país, incluindo instituições do norte, nordeste, centro, sul e sudeste. Nesse sentido, a publicação que aqui apresentamos serve ainda como um “mapa” dos estudos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil. Contamos ainda com a colaboração de cinquenta e quatro colegas – somando especialistas brasileiros e estrangeiros – que, generosamente, atuaram como pareceristas anônimos e avaliaram todos os artigos submetidos para compor o volume, de modo a garantir a qualidade e rigor científico dos trabalhos aqui publicados. Para eles, o nosso especial agradecimento pelas leituras atentas e cuidadosas, as sugestões e valiosos comentários; é graças a eles que podemos agora oferecer para os leitores interessados um volume de qualidade com artigos que trazem novidades no que diz respeito ao estudo de diversos aspectos sintáticos das línguas brasileiras. Esperamos que os trabalhos aqui reunidos, graças ao esforço colaborativo de um número expressivo de especialistas de dentro e de fora do Brasil, venham a contribuir com o desenvolvimento e o avanço de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

Dados do IBGE. Disponíveis no site: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>

EXPEDIENTE**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA****Reitor***Henrique Duque de Miranda Chaves Filho***Vice-reitor***José Luiz Rezende Pereira***Pró-Reitora de Pesquisa***Marta Tavares d'Agosto***Pró-Reitor de Pós-Graduação***Fernando Monteiro Aarestrup***FACULDADE DE LETRAS****Diretora***Neiva Ferreira Pinto***Vice-diretor***Rogério de Souza Sérgio Ferreira***Chefe do Departamento de Letras***Fábio Fortes***Chefe do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas***Rosemary Abraão Nascif***Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística***Luciana Teixeira***EDITORES CHEFES DA REVISTA***Luiz Fernando Matos Rocha**Amitza Torres Vieira***EDITORAS DO VOLUME***Marina Rosa Ana Augusto**Mercedes Marcilese***ASSISTENTE EDITORIAL***Késsia da Silva Henrique*

Programa de Pós-Graduação em
Linguística
Universidade Federal de Juiz de Fora
(UFJF)
Campus Universitário s/n, Martelos
36036-900, Juiz de Fora - Brasil
Tel.: +55 32 2102 3135
Fax: +55 32 2102 3135
e-mail: ppg.linguistica@ufjf.edu.br